



Diário Oficial Eletrônico

Município de Hortolândia

Ano III | Edição Nº 0842

Hortolândia, segunda-feira, 20 de abril de 2020.

PODER EXECUTIVO

Leis e Decretos

ATOS DO PREFEITO

DECRETO Nº 4.425, DE 20 DE ABRIL DE 2020

“Torna obrigatório o uso de máscara de proteção facial, como meio complementar de prevenção ao Covid-19.”

ANGELO AUGUSTO PERUGINI, Prefeito do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 83, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o estado de calamidade pública no Município, reconhecido pelo Decreto nº 4.401, de 30 de março de 2020;

Considerando a necessidade de manter a contenção, com medidas efetivas, da propagação de infecção e transmissão do Covid-19 no Município;

Considerando a já ocorrência de óbitos no Município, o que faz com que devam ser intensificadas as ações de controle sobre a proliferação do vírus;

Considerando as experiências positivas em diversos países, onde cultural ou obrigatoriamente todos os cidadãos, acometidos ou não de alguma enfermidade, usam máscaras de proteção;

Considerando a obrigação de dar garantia de bem-estar à toda a população, com a adoção de medidas que possibilitem a redução de transmissão do novo coronavírus;

Considerando o posicionamento recente da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, sobre o uso comunitário de máscaras como estratégia para diminuir o contágio em massa pelo COVID-19 e Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, do Ministério da Saúde,

D E C R E T A

Art. 1º Fica determinado o uso obrigatório de máscara de proteção facial por todas as pessoas no Município, com ou sem sintomas de síndrome gripal, como medida complementar de prevenção à transmissão do Covid-19.

Art. 2º A utilização de máscara é obrigatória para o deslocamento de qualquer pessoa e o exercício de qualquer atividade que interrompam o isolamento social doméstico, sendo requisito para:

I- embarque em transporte público coletivo e acesso a qualquer terminal;

II- uso de táxi, transporte compartilhado ou por aplicativo de passageiros;

III- acesso e permanência em todos os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, autorizados a manter atendimento ao público, inclusive as instituições

bancárias e cartórios extrajudiciais, e os comércios e serviços nos sistemas take-away/take-out (retirada para consumo) e drive-thru;

IV- o desempenho de atividades laborais em ambientes compartilhados com outras pessoas, tanto na Administração Pública quanto na iniciativa privada;

V- acesso às áreas comuns de condomínios residenciais, comerciais e industriais.

§ 1º Os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, devem garantir o cumprimento das medidas estabelecidas neste artigo, sob pena de também se submeterem às penalidades a que estarão sujeitos seus clientes, usuários e trabalhadores infratores.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º deste artigo inclusive quando a infração se der em fila formada fora do estabelecimento, mas para acesso a ele.

Art. 3º As entidades e órgãos da Administração Pública, direta e indireta, e os estabelecimentos privados de quaisquer atividades que estejam autorizados a manter atendimento ao público, deverão fornecer as máscaras a seus funcionários e trabalhadores, ficando obrigados a trocá-las depois de, no máximo, três horas de uso.

Parágrafo único. É sugerido que os estabelecimentos previstos no caput deste artigo forneçam, a seus clientes e usuários, máscaras de proteção facial para que seja possível o acesso e permanência nas suas dependências.

Art. 4º Com fundamento no art. 110, da Lei nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo, serão aplicadas as penas previstas no art. 112 daquele código, para os casos de infração a qualquer disposição deste decreto.

Art. 5º Dentre as várias opções, é indicado o uso de máscaras de fabricação caseira, segundo orientações da Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, disponível na página do Ministério da Saúde na internet: www.saude.gov.br.

Parágrafo único. As pessoas que não tiverem condições de adquirir ou fabricar as máscaras, poderão solicitá-las junto ao CRAS do município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor três dias após a data de sua publicação, devendo os agentes de fiscalização, durante este período, orientar pessoas físicas e jurídicas acerca das suas disposições.

Hortolândia, 20 de abril de 2020.

ANGELO AUGUSTO PERUGINI
PREFEITO MUNICIPAL

(Publicado nos termos do artigo 108 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal de Hortolândia.)

CLAUDEMIR APARECIDO MARQUES FRANCISCO
Secretário Municipal Interino de Administração e Gestão de Pessoal

DIÁRIO OFICIAL | EXPEDIENTE

O **Diário Oficial do Município de Hortolândia** (Decreto Municipal nº. 3.770, de 27 de Abril de 2017) é uma publicação da Prefeitura Municipal de Hortolândia.

CONTEÚDO - O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade das Secretarias e órgãos públicos emissores. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, ligue para 19 3965-1400.

IMPRENSA OFICIAL - Edição, Diagramação e Publicação Eletrônica: Departamento de Comunicação da Prefeitura de Hortolândia, www.hortolandia.sp.gov.br.
Informações pelo Fone: (19) 3965-1400 ou na Avenida Olívio Franceschini, 2500, Remanso Campineiro, Hortolândia, SP.
Recebimento de conteúdo para publicação até as 15 horas do dia anterior.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

O Município de Hortolândia dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.hortolandia.sp.gov.br no link Diário Oficial.

Página 1 de 1